

Título: O Estado do Maranhão Data: 18/11/2004 Pág.: Online

## Aprovado relatório final sobre o CLA

Comissão aprova texto conclusivo sobre o acidente com o VLS, em agosto do ano passado, que deixou um saldo de 21 mortos

Brasília - A Comissão Externa criada para investigar o acidente no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) aprovou ontem o relatório do deputado Corauci Sobrinho (PFL-SP). O texto, com as conclusões sobre o acidente com o Veículo Lançador de Satélites (VLS) em agosto do ano passado, que deixou um saldo de 21 mortos, destaca alguns fatores que contribuíram para o acidente no Maranhão.

De acordo com o relator, a falta de investimentos no programa aeroespacial brasileiro foi uma das principais causas do acidente com o veículo lançador de satélites no CLA. Corauci Sobrinho destacou que, desde 1994, o programa aeroespacial não recebia os recursos necessários para o desenvolvimento de projetos e sistemas espaciais.

“Acredito que a comissão tenha conseguido alcançar seus objetivos, produziu um relatório que se não é perfeito é a síntese do que aconteceu ali, há várias sugestões que serão encaminhadas às autoridades competentes, de modo que eu espero que, para a sociedade e a Câmara, nós tenhamos produzido um relatório à altura da responsabilidade que nos foi confiada pelo presidente João Paulo”, ressaltou.

O texto aprovado sugere ainda ao Executivo a inclusão dos nomes dos 21 mortos no acidente no Centro de Lançamento de Alcântara no Livro dos Heróis da Pátria.

A comissão aprovou ainda um destaque ao relatório encaminhado pela bancada do PSB, e que mantém o programa aeroespacial brasileiro subordinado aos Ministérios da Ciência e Tecnologia, Aeronáutica e a Agência Aeroespacial Brasileira.

### Principais conclusões

#### Falta de verbas

A redução gradativa dos investimentos públicos para a manutenção do Programa Espacial Brasileiro foi a principal causa do acidente com o veículo lançador de satélites, em agosto do ano passado, na Base de Alcântara, no Maranhão. Essa é a conclusão apontada pelo relatório final da comissão externa da Câmara, criada para investigar o acidente. O relatório deve ser votado no próximo dia 14, durante a terceira etapa do esforço concentrado do Congresso Nacional.

## Investimentos e segurança

No texto encaminhado à Comissão, o relator, deputado Corauci Sobrinho (PFL-SP), apresenta uma tabela que, segundo o parlamentar, comprova o descaso do Governo para com a pesquisa aeroespacial. Em 1988, por exemplo, foram despendidos aproximadamente R\$ 255 milhões para o desenvolvimento de projetos e sistemas espaciais. Em 2002, o investimento foi de apenas R\$ 46 milhões.

No caso específico dos lançadores de satélite, os investimentos, que eram de cerca de R\$ 100 milhões por ano, entre 1984 e 1989, caíram para aproximadamente R\$ 10 milhões entre 1997 e 2002. Reduções significativas, como explica o deputado. “Não é que seja o motivo direto, mas, evidentemente, quando você tem falta de investimentos ao longo de vários anos, como ocorreu, é claro que isso acaba empobrecendo todo um conjunto de medidas de segurança e acaba refletindo na qualidade e nos resultados do programa”.

O relatório também aponta os baixos salários como uma das principais causas do atraso no Programa Espacial Brasileiro. A remuneração média dos especialistas de nível superior do CLA está entre R\$ 1,6 mil e R\$ 2,5 mil. Valores bem abaixo dos pagos pela iniciativa privada, segundo Corauci Sobrinho.

## Descarga elétrica

A causa técnica do acidente teria sido uma descarga elétrica acidental em uma das turbinas de primeira fase, responsável pela propulsão na hora do lançamento do foguete. O relatório descarta a possibilidade de atentado ou falha humana na explosão, mas, de acordo com o relator, a verdade sobre o que aconteceu com o VLS 1 está longe de ser desvendada. “Nem a Aeronáutica, nem o Ministério da Defesa sabe. Vai ficar sempre uma indagação. Várias causas podem ter contribuído para que tudo tenha ocorrido como ocorreu”, disse.

## Reestruturação do setor

Entre as propostas que serão encaminhadas pela Comissão à Presidência da República para a continuidade do Programa Espacial Brasileiro estão a retomada dos investimentos, com recursos previstos no Orçamento da União, a reestruturação de todo o setor de pesquisas aeroespaciais, subordinando o Instituto Nacional de Pesquisas Aeroespaciais (INPE) e o Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE) à Agência Espacial Brasileira. Atualmente, esses órgãos estão vinculados ao Ministério da Ciência e Tecnologia e ao Centro Tecnológico Aeroespacial, respectivamente.

Os deputados também vão propor a inclusão dos nomes dos 21 mortos no acidente no Livro dos Heróis da Pátria, que está no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília.